

EAD COMO PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DA EJA

Hellaine da Silva Leme¹

Franciane Auxiliadora Cipriane²

Resumo

Esta avaliação formativa visa discutir a relevância da modalidade de Educação à Distância (EaD) na formação do sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Um dos fatores que contribui para a busca do ensino à distância é a flexibilidade. Verificou-se que o sujeito da EJA, ao fazer uso da modalidade EaD ou semipresencial, tem a chance de retomar os estudos buscando novas maneiras de aprender além da oportunidade de acessar as novas tecnologias. A presente investigação adota o procedimento de pesquisa bibliográfica, com embasamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e perpassa a legislação vigente. O presente estudo analisa quais são as competências necessárias para que o sujeito da EJA faça uso da modalidade EaD, como está à formação dos professores/educadores que realizam a mediação do ensino-aprendizado para o público em questão e como esse profissional pode buscar o acesso ao conhecimento através da formação inicial continuada. Também discuti como as instituições devem se preparar para contribuir com a formação do discente da EJA. Concluiu-se que apesar das várias ações realizadas com o objetivo de garantir o direito à educação aos cidadãos ainda existem muitos desafios para as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos em curso no Brasil. Isso pode ser observado a partir da multiplicidade de contextos, através da diversidade na criação de um ambiente alfabetizador e na oferta de oportunidades de ensino e aprendizagem de qualidade para todos.

Palavras-Chaves: Educação à Distância; Educação de Jovens e Adultos; Formação de professores; Desafios.

¹ Pós-Graduanda em Formação Docente para a Atuação em Educação à Distância na Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB. hellainesl@gmail.com

² Pós-doutora em Biologia Molecular e Evolução pela Christian-Albrechts-Universität zu Kiel

1. Introdução

É evidente o crescimento do emprego de tecnologia em contextos de ensino-aprendizagem nos últimos anos e ao utilizar a Educação a Distância (EaD) como meio de interação para o sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) proporciona-se ao aluno a busca de novas maneiras de se aprender e reaprender assim como meios de acesso para que o mesmo obtenha êxito em sua ação de aprendizagem.

Nesta perspectiva tem-se como objetivo geral investigar a relevância da modalidade de Educação à Distância (EaD) na formação do sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo Freire (1996) o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como a aprendizagem não é exclusivo do aluno. Ensinar não é apenas transferir conteúdos ou conhecimento, existe uma relação de aprendizado que vai além das diferenças. “Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina a aprender” (p.13).

A relação do professor com o sujeito da EJA vai além do contexto presencial, faz-se necessário proporcionar meios, métodos e caminhos que facilitem a busca pelo aprender respeitando a autonomia e dignidade de cada um instigando a curiosidade desse sujeito pela busca do aprendizado além das possibilidades que despertem o desejo pelo novo.

Uma das formas mais visíveis desta interação educação-tecnologia é a Educação a Distância (EaD) na modalidade online e no ensino semipresencial. Segundo Souza, Segenreich e Bustamante (2013), esse modelo de escola propicia ao aluno uma flexibilidade de horário que dificilmente é encontrada em outras escolas.

A modalidade de EaD ocorre quando alunos e professores estão separados geograficamente, ou seja, professores e alunos não se encontram regularmente no mesmo local e ao mesmo tempo. Com isso utilizam-se recursos para estabelecer a comunicação, de forma a interagir, trocando ideias, apoiando o processo de ensino-aprendizagem. Esta modalidade de educação é efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), podendo ou não apresentar momentos presenciais (MORAN, 2009).

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205). Conforme a legislação brasileira, a educação escolar possui dois níveis de ensino (Educação Básica e a Educação Superior). Os níveis e etapas da educação podem ser permeados por modalidades de ensino sendo uma dessas modalidades a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente a modalidade da EJA está na gestão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que em articulação com os sistemas de ensino implementam políticas educacionais.

Ao se percorrer a história da educação constata-se que a escola sempre foi um privilégio para poucos e tratando-se da modalidade da EJA ainda temos inúmeros desafios. A identidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo construída e modificada historicamente.

O que, á tempos atrás era denominado como “supletivo”, hoje é definido como EJA. Estudos demonstram que ao fazer uso da modalidade EaD ou semipresencial, o sujeito da EJA tem a chance de retomar os estudos, de buscar novas maneiras de aprender e tem a oportunidade de acessar novas tecnologias. Ao longo dos tempos muitas mudanças aconteceram em relação à maneira como o indivíduo vive, pensa e comunica-se. A maneira como assimilamos as informações também define a forma como se aprende, são “novos modos de aquisição do saber (aprender a aprender e reaprender constantemente)” (BELLONI, 2015).

O presente projeto de pesquisa baseou-se no método bibliográfico, foram realizadas pesquisas em livros relacionados com o tema do projeto. Procurando obter informações dos questionamentos levantados e buscando outros trabalhos já realizados nesta área de interesse foram pesquisados artigos e livros disponibilizados em formato eletrônico além de sites de instituições públicas que norteiam as diretrizes da modalidade de EaD, assim como a EJA.

Este trabalho é de fato uma pesquisa bibliográfica, um levantamento feito através de leituras e pesquisas, com o intuito de sintetizar alguns elementos que venham a serem úteis para compreensão da modalidade EaD na EJA e também para quebrar alguns paradoxos em relação aos mesmos.

2. Educação à Distância como possibilidade de formação dos sujeitos da EJA.

A modalidade de Educação a Distância (EaD) cresce a cada dia, promovendo novas e maiores chances para aqueles que buscam conhecimento. As instituições de ensino vêm oferecendo cursos presenciais, semipresenciais e à distância para abarcar o máximo de discentes e adequar cada modalidade ao perfil do aluno contemporâneo. Esta modalidade encontra-se cada vez mais presentes nos cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada.

A sigla EaD é empregada tanto para Educação a Distância quanto para Ensino a Distância (BELLONI, 2009). Embora os significados de Educação e Ensino se assemelhem e sejam usados como sinônimo para definir a modalidade EaD é preciso distingui-los. Então como definir o conceito de EaD?

É possível encontrar hoje diversas definições para a forma educacional EaD, mas há um consenso mínimo em torno da ideia de que EAD é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, na maioria das vezes, sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora. Na modalidade à distância professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo. Segundo RASLAN (2009 apud):

(...) a EAD, ao longo do tempo, vem sendo ofertada através de vários meios: correspondência, rádio, televisão e internet; para atender aos mais diversos objetivos: ampliar o acesso à educação em todos os níveis do ensino, formação técnico-profissionalizante, alfabetizar e treinar trabalhadores, promover atividades culturais, capacitar em massa os professores, apoiar as aulas ministradas nos ensinos, fundamental e, médio, expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores. (RASLAN, 2009 p.24 e 25)

Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil, a Educação à Distância é considerada uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, como a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informações, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. Conforme a definição presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

(...) A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Ou seja, a partir das definições existentes podemos observar que a modalidade EaD é uma alternativa viável porque oferece apoio as mais amplas e diversificadas necessidades de qualificação, para pessoas de diversas idades, se adequando ao perfil e necessidade de cada pessoa. Pode ocorrer de maneira flexível já que os horários podem ser definidos pelo sujeito da aprendizagem.

O Ensino à Distância não é algo recente, na verdade tem sido um modo de ensinar e aprender de milhões de pessoas nos últimos anos. Esta modalidade de ensino remonta a uma longa história, sendo difícil definir o marco ou o momento de sua fundação. Maia e Mattar (2007) apontam que, na concepção de alguns autores, as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo estariam entre primeiras experiências de educação à distância. Nem sempre foi utilizado de meios informatizados para que esse aprendizado viesse a ocorrer. Segundo Garcia Aretio (2003) as inovações e as rápidas transformações tecnológicas a que assistimos permitiram que a educação a distância evoluísse ao longo dos anos. Já passamos por três gerações: correspondência, telecomunicação e telemática e, hoje, presenciamos a quarta, via internet.

A trajetória da EaD é dividida por diversos pesquisadores em fases ou gerações (MAIA e MATTAR, 2007; MOORE e KEARSLEY, 2008, por exemplo).

Vejamos abaixo, por meio do quadro 1, a proposta de Maia e Mattar (2007).

| GERAÇÃO | FORMA | RECURSOS INSTRUCIONAIS E TECNOLÓGICOS BÁSICOS |
|----------------|------------------------------|---|
| Primeira | Ensino por Correspondência | Materiais Impressos, Livros e Apostilas. |
| Segunda | Novas Mídias e Universidades | Rádio, vídeo, TV, Fitas Cassetes. |
| Terceira | EaD online | Internet, MP3. Ambientes Virtuais de Aprendizado (AVA), vídeos, animações, ambientes 3D, redes sociais, fóruns. |

Quadro 1 - Gerações de EaD de acordo com Maia e Mattar (2007, p.22).

Fonte: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO

Segundo Maia e Matar (2007 apud MAIA e MATAR p. 22), presencia-se hoje a “terceira geração: EaD on-line”. Na visão de Moore e Kearsley (2008 apud MOORE e KEARSLEY, p. 44 e 45), o momento atual reflete a quinta geração: “Aulas virtuais baseadas no Computador e na Internet.” As gerações de EaD por Moore e Kearsley podem ser a partir do quadro 2 abaixo:

| GERAÇÃO | FORMA | RECURSOS INSTRUCIONAIS E TECNOLÓGICOS BÁSICOS |
|----------------|-----------------------------------|--|
| Primeira | Ensino por Correspondência | Materiais Impressos, Livros e Apostilas. |
| Segunda | Transmissão por rádio e televisão | Rádio, vídeo, TV, Fitas Cassetes. |
| Terceira | Universidades Abertas | Materiais impressos, TV, rádio, telefone, Fita Cassete. |
| Quarta | Teleconferência | Teleconferência com áudio e vídeo. |
| Quinta | Internet/web | Internet, MP3, Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos, animações, ambientes 3D, redes sociais, fóruns... |

Quadro 2 - Gerações de EaD de acordo com Moore e Kearsley (2008, p.26) Fonte: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO.

O fato é que a Educação a distância vem se apresentando como uma possibilidade interessante, no que tange ao sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), porém observamos que esse formato de educação ainda encontra-se em processo de construção. As discussões sobre a alfabetização de jovens e adultos nos remete a experiências históricas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas décadas de 70 e 80, o Programa Alfabetização Solidária nos anos 90 e o Programa Brasil Alfabetizado nos dois mandatos do governo Lula e no mandato da presidente Dilma. Porém, pesquisas mostram que ainda há muito a ser feito.

Adultos que não terminaram o ensino fundamental e o ensino médio normalmente sentem dificuldades para frequentar uma escola tradicional e concluir seus estudos. Para facilitar o acompanhamento de cursos de EJA, algumas secretarias de Educação utilizam da modalidade de EAD e suas aulas virtuais. Podemos citar alguns exemplos como o Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA) criado em 2004 e que atualmente está localizado na cidade do Rio de Janeiro. É uma escola exclusiva para atendimento à população de jovens e adultos e o seu

Projeto Pedagógico consolida-se nos seguintes objetivos: Escolarização, formação continuada e orientação/qualificação para o mundo do trabalho.

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988 a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209), ou seja:

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º). A LDB define que ao se tratar do sujeito da EJA a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), aprovada em dezembro de 1996, reforça as orientações da Constituição Federal e estabelece, em seu Artigo 37 que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Mais de que maneira o sujeito da EJA pode dar continuidade aos estudos levando-se em consideração os percalços que cada aluno encontra em meio a sua rotina de trabalho diário? Como uma dona de casa que é mãe e que divide a sua rotina entre o trabalho e a família pode realizar o seu sonho de ter acesso aos estudos e permanecer na escola?

Para que isso ocorra de maneira efetiva é necessário realizar a adequação de algumas diferenças que ainda podem ser observadas através da diversidade que compõe a sociedade brasileira e a qualificação que é oferecida a homens e mulheres. O perfil que temos para homens e mulheres é diferente porque as mulheres ainda possuem um perfil de dona de casa e de trabalhadora que auxilia na complementação dos recursos financeiros para prover as necessidades da família. Com isso observa-se que para elas é bem mais complexo retomar os estudos. Possibilitar o acesso dos sujeitos da EJA à escola não é o suficiente. É importante que se garanta um ensino de qualidade social, que favoreça aprendizagens significativas, a formação de conceitos e a conclusão de educação básica com sucesso. Diversos alunos da EJA precisam e devem ser convencidos que é possível retornar a escola, que são capazes de aprender e serem aceitos. A EJA representa a possibilidade de transformação social e pode oferecer a qualificação necessária para a inserção do sujeito da EJA no mercado de trabalho através de melhorias no campo educacional e profissional.

3. A EJA na modalidade à distância: Desafios do Percurso.

Apesar de observarmos algumas iniciativas realizadas com o intuito de oferecer um ensino de qualidade para os sujeitos da EJA ainda existem inúmeros desafios.

A modalidade EJA ainda é vista por muitos como uma forma de alfabetizar quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por algum motivo tiveram de abandonar a escola mais o conceito vem mudando e, entre os grandes desafios desse tipo de ensino, agora se inclui também a preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Para avaliarmos com exatidão algumas dessas iniciativas pode-se citar a Conferência Mundial de Educação para Todos³ (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990 que definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modos diversos pelos sistemas educacionais ao redor do mundo.

A conferência contou com 164 países presentes em Dakar e foi realizada a proposta de uma agenda comum de políticas de Educação para Todos (EPT) visando o fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Acordou-se, então, 6 (seis) objetivos a serem perseguidos por todos os países signatários do Compromisso de Dakar até 2015, dos quais vamos destacar 2 (dois):

- Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015;

Adotando as palavras-chave utilizadas no Relatório de Monitoramento Global 2013/14 (UNESCO, 2014), os objetivos podem ser assim sintetizados:

³ Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 05 a 09 de março de 1990) “Declaração Mundial sobre Educação Para Todos” – “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem” Cúpula Mundial pelas Crianças.

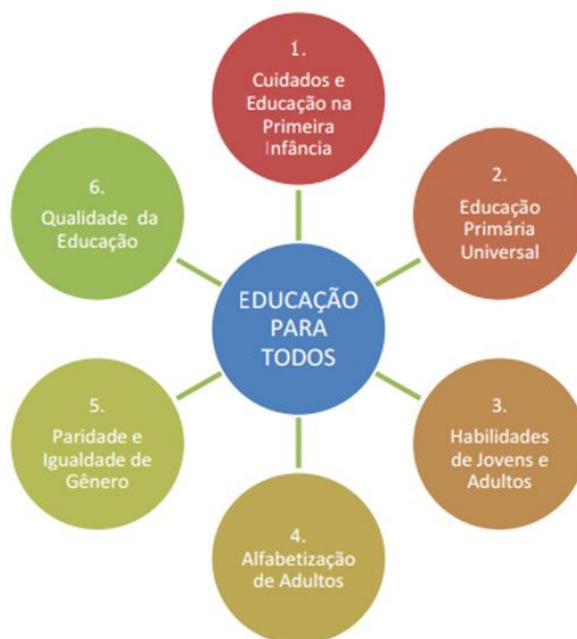


Figura 3: Educação para Todos – Estratégias adotadas pelo Brasil 2000 - 2012.
Fonte: PORTAL MEC (2015)

Após a definição dos objetivos realizada na Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT) criou-se, através do Ministério da Educação o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Conforme o Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 segue abaixo:

A principal estratégia de ação para o alcance dos objetivos de Educação para Todos no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Instituído por lei (Lei nº 10.880/2004) em 2004, o PBA visa contribuir para a superação do analfabetismo e promover a progressiva continuidade dos estudos de jovens e adultos em níveis mais elevados por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

O desenvolvimento de habilidades de jovens e adultos é ofertado através do governo e da sociedade civil. O esforço empreendido, na educação, para desenvolver as habilidades de jovens e adultos é realizado através de uma formação oferecida através do ensino regular e através de cursos específicos que venham a prepará-lo para o mundo do trabalho. No âmbito do Ministério da Educação temos três secretarias responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de jovens e adultos: a Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável pelas políticas de ensino regular e obrigatório associadas a este nível; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

É observado que as iniciativas desenvolvidas pelo Brasil com a finalidade de promover a melhoria das habilidades de jovens e adultos são diversas e multifacetadas. O Ministério da Educação tem desenvolvido várias iniciativas na área de educação profissional e tecnológica com o intuito de melhorar essas habilidades no qual se destacam três programas: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – criado em 2011); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja – criado em 2005); e, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo).

Configurando-se como modalidade de ensino, a educação profissional foi regulamentada por lei específica em 2008 (Lei nº 11.741/08), alterando a LDB de 1996 (Artigos 39 a 42). “Seus cursos podem ser: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Art. 39, § 2º, I, II e III).”

Como pode ser observado temos no Brasil diversas leis que definem os direitos dos sujeitos da EJA e como as instituições devem atuar para que as leis definidas pela Constituição sejam cumpridas no âmbito escolar. Diversos desafios ainda são encontrados, não basta oferecer a modalidade de EaD e esperar que o aluno realize todas as atividades propostas. Algumas ações são necessárias para garantir o alcance do objetivo que é oferecer um ensino de qualidade.

Paulo Freire explica que ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para a sua produção ou construção. Antes de oferecer a possibilidade de ensino para o sujeito da EJA os professores/mediadores desse ensino aprendizagem devem realizar previamente um diagnóstico a partir da realidade social do aluno identificando se o mesmo tem o conhecimento necessário e o acesso à tecnologia para fazer uso dessa modalidade. O sujeito da EJA que busca a modalidade de EaD e semipresencial precisa ter algumas competências básicas como disciplina, organização, autonomia e facilidade com o uso da internet.

Também deve ser observada qual é a metodologia utilizada e se essa vem a favorecer a permanência e o aprendizado do educando na modalidade EaD. Realizar e garantir a formação inicial e continuada do profissional que irá mediar esse

conhecimento. Observar se as instituições que oferecem essa modalidade de ensino estão preparadas para oferecer uma infraestrutura tecnológica adequada às necessidades do educando.

É importante que o discente da EJA compreenda de forma significativa o ensino trabalhado no espaço escolar. Se o sujeito da EJA não compreende a razão de ter que aprender certos conteúdos tenderá a achá-los pouco atrativos e, conseqüentemente, pode abandonar a escola.

4. A formação de educadores de EJA e a infraestrutura dos núcleos presenciais.

A educação de jovens e adultos nem sempre foi reconhecida como uma modalidade educativa que requer um profissional adequado para esse exercício. Nas últimas décadas podemos observar que o problema da formação de educadores da EJA tem sido bastante discutido. Atualmente se faz necessário repensar qual o profissional e a metodologia a modalidade EJA requer considerando as particularidades de tempos e de espaços que a educação de jovens e adultos apresenta levando-se em consideração a diversidade do público em questão. Para Arroyo (2006, p.17).

(...) uma das características da EJA foi, durante muito tempo, construir-se um pouco às margens, ou “à outra margem do rio”. Conseqüentemente, não vínhamos tendo políticas oficiais públicas de educação de jovens e adultos. Não vínhamos tendo centros de formação, do educador da EJA. Costumo dizer que a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas fronteiras onde estava acontecendo a EJA. Recentemente passa a ser reconhecida como uma habilitação ou como uma modalidade, como acontece em algumas faculdades de educação.

Muitas das universidades que oferecem cursos de licenciatura na área de Pedagogia ainda não oferecem em sua grade curricular uma disciplina específica sobre a modalidade de EJA. Quando essa habilitação é ofertada pelas instituições normalmente são oferecidas como curso extracurricular, curso de extensão, formação complementar. Em alguns casos a temática relacionada à EJA motiva os alunos a desenvolverem monografias, ou mesmo, projetos de mestrado, referente a esse assunto. Dentre as disciplinas mais comuns encontradas entre alguns currículos temos Políticas e Organização da EJA, História da EJA no Brasil, Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem de Jovens e Adultos, Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação Popular. Segundo Soares (2007):

(...) com base em dados de 2005⁴, afirma que existiam, no Brasil, 1698 cursos de Pedagogia, em 612 Instituições de Ensino Superior. Dentre estas Instituições, apenas 2,15% ofereciam habilitação em EJA, em 27 cursos. A região sul lidera com 7 instituições oferecendo 19 cursos, com habilitação, sendo 4 localizados na região sudeste. O nordeste apresenta-se apenas com 4 cursos e o norte e o centro-oeste não apresentam registros.

Porém quais avanços poderiam ser observados na formação em Pedagogia em relação ao EJA? Como os educadores estão buscando essa formação?

O professor precisa buscar a formação inicial/continuada para conhecer o sujeito da EJA e precisa ser envolvido no processo ensino/aprendizagem para ser um mediador, um incentivador do aluno. Segundo define Belloni (2006, p.77):

(...) a perspectiva de formação de professores exige esta reflexão sobre como integrar as TICs à educação como caminho para pensar como formar os professores enquanto futuros usuários ativos e críticos bem como os professores conceptores de materiais para a aprendizagem aberta e a distância.

A capacitação do corpo docente tem que ser contínua e condizente com as especificidades da EJA. Com isso o professor da EJA terá condições de identificar o perfil do aluno da EJA considerando a realidade em que o sujeito está inserido bem como as metodologias, o currículo e os materiais didáticos adequados às necessidades desse público em questão. Através da LDB 9394/96, inciso VII, do art. 4º, pode-se observar que há uma exigência em relação á formação específica para atuação do profissional na EJA. O Parecer da CEB/CNE 11/2000 ressalta essa exigência informando que “Trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas” (Brasil, 2000).

O Ministério da Educação (MEC) vem ofertando ao longo dos tempos diversos programas voltados à formação de professores. Isso ocorre com a colaboração das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior. A CAPES oferece os cursos de formação inicial, presencial, emergencial, e, os cursos na modalidade a distância são ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Dentre os programas existentes hoje serão citados alguns exemplos:

⁴ Segundo Soares (2007), comparativamente a 1999, houve uma efervescência da habilitação em EJA na região sul. É característica dessa região a oferta da habilitação, em mais de uma cidade, por uma mesma instituição.

Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR) iniciado em 2009. São cursos de formação inicial emergencial, na modalidade presencial, aos professores das redes públicas de educação básica.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), lançado em 2007, criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e comunitárias, sem fins econômicos, de educação superior.

Universidade Aberta do Brasil (UAB) iniciada em 2006. Sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

O Portal do Professor iniciado em 2008 que permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial os professores atuantes na Educação Básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado.

A Política de Formação em Educação de Jovens e Adultos iniciada em 2007 com o objetivo de Apoiar iniciativas que contribuam para ampliar, diversificar e melhorar a qualidade da oferta de formação continuada de professores das redes de ensino públicas. Segundo dados do MEC os resultados alcançados foram:

Na Rede de Educação para a Diversidade, parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2008 foram aprovados 12 projetos que, em 2009, ofertaram 4.485 vagas em cursos do EJA na Diversidade. Em 2009, 23 novos projetos foram executados e 6 tiveram reedição, com a criação de 13 mil vagas em mais de 200 polos e foram aprovados 10 novos cursos de EJA e 6 re-ofertas; 9 cursos “Produção de Materiais para a Diversidade”, com o 3.250 vagas em 88 polos e, 8 de Formação de Mediadores de Leitura, com 3.070 vagas em 52 polos. O MEC fomentou a criação, em 2010, de 10 Centros de Referência (4 do Centro-Oeste; 4 do Nordeste, 1 do Sudeste/Sul e 1 do Norte), que são espaços de organização de documentação e memória histórica e recente sobre EJA e favorecem a organização de acervos.

A modalidade de EaD tem sido adotada por diversas organizações sociais para tornar possível o acesso à educação, porém temos muitos desafios em relação às organizações públicas. Muitas ainda não oferecem uma infraestrutura adequada para

que o aluno da EJA realize seus estudos de maneira eficaz. O Ministério da Educação também oferece programas que incentivam as instituições públicas a melhorarem sua infraestrutura.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (PROINFO INTEGRADO) iniciado em 2007 com o objetivo de integrar e articular a distribuição dos equipamentos tecnológicos para as escolas (computadores, impressoras e outros equipamentos de informática), e oferta de cursos de formação continuada, conteúdos, recursos multimídia e digitais, por meio do Portal do Professor, da TV Escola, etc.

O Programa Banda Larga nas Escolas iniciado em 2008 e firmado através de um acordo entre operadoras telefônicas e governo com o objetivo de oferecer acesso à internet para todas as escolas públicas no país.

O Programa um Computador por Aluno iniciado em 2010 é uma ação concatenada com os laboratórios PROINFO para oferecer um computador portátil para cada aluno de escolas públicas. O objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.

Enfim, é necessário buscar um ensino de qualidade para a educação pública e que sejam adotadas ações de políticas públicas que considerem a realidade dos profissionais que lidam com jovens e adultos assim como das escolas que oferecem a educação continuada para o sujeito da EJA seja através do ensino presencial, semipresencial e à distância levando em consideração as suas especificidades.

Conclusão

O objetivo dessa pesquisa foi delimitar alguns aspectos que definem a relevância da modalidade de Educação à Distância (EaD) na formação do sujeito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como pôde ser observada a formação do professor e a infraestrutura das instituições envolvidas no processo contribuem para que a ação de qualificação do ensino regular e/ou profissional do aluno da EJA seja ou não concluídas com êxito.

A formação do professor deve ser contínua e é um instrumento importante para assegurar que a construção de um processo educacional do sujeito da EJA venha atender as necessidades dos alunos que estão em busca de uma nova oportunidade já que não foi possível concluir os estudos no tempo certo.

Por fim restam-nos desafios, a EJA é um campo diferenciado que possui características próprias e toda ação realizada para esse fim deve respeitar as necessidades dos sujeitos de diferentes experiências e idades. Enfrentar esse mundo tão rico e cheio de possibilidades constitui efetivamente um desafio.

Abstract

This formative evaluation is to discuss the relevance of the mode of Distance Education (DE) in forming the subject of the Youth and Adult Education (EJA). One of the factors contributing to the pursuit of distance learning is flexibility. It was found that the subject of adult education, to make use of distance education mode or blended, have a chance to go back to school seeking new ways to learn and the opportunity to access new technologies. This research adopts the literature search procedure with basement in the Law of Guidelines and Bases of Education and permeates the law. This study analyzes what are the skills required for the subject of EJA make use of distance education mode, as is the training of teachers / educators who perform the mediation of teaching and learning for the public concerned and how these professionals can get access knowledge through continuing initial training. They also discussed how institutions should prepare to contribute to the training of students of adult education. It was concluded that despite the various actions undertaken in order to ensure the right to education to citizens there are still many challenges for youth literacy initiatives and ongoing adults in Brazil. This can be seen from the multiplicity of contexts, through diversity in creating a literacy environment and offering educational opportunities and quality learning for all.

Keywords: Distance Education; Youth and Adult Education; Teacher training; Challenges.

Referências

- ABED. **Perguntas Frequentes (FAQ)**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/site/pt/faq/>> Acesso em 02 dez. 2015.
- ALVES, R. M.; ZAMBALDE, A. L. & FIGUEIREDO, C. X. **Ensino a Distância**. UFLA/FAEPE. 2004.
- BEHAR, P.A. **Competências em Educação a Distância (COMPETÊNCIAS DOS ATORES DE EAD: PROFESSOR, TUTOR E ALUNO)**.
- BELLONI, M. L. (2002) **Ensaio Sobre Educação a Distância no Brasil**. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, Abril/2002.
- _____. **Educação a Distância**. Campinas, Autores Associados, 2006.
- _____. **Educação à distância e mídia-educação na formação profissional**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/ce/ap/AP20111109_Maria_Belloni.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parece CNE/CEB nº11/2000. Diretrizes Curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf> acesso em 05 jan. 2016.
- BRASIL *LDB 9394: diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.
- CARNEIRO, M. L. F. **Instrumentalização para o ensino a distância** coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCÍA ARETIO, Lorenzo. **La educación a distancia. Una visión global**. *Boletín Ilustre Colegio de Doctores y licenciados de España*. 2003. Disponível em: <<http://www.uned.es/catedraunesco-ead/articulos/2003/la%20educacion%20a%20distancia%20una%20vision%20global.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- JARDILINO, J.R.L/ ARAUJO, R.M.B. **Educação de Jovens e Adultos - Sujeitos, saberes e práticas** (2015, p.179) São Paulo: Cortez, 2015.
- MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MACHADO, M. M. **Formação de educadores de jovens e adultos** / organizado por Maria Margarida Machado. — Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. 184 p

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: educação profissional técnica de nível médio / ensino médio - PROEJA.** Documento Base. Brasília, 2007a.

MOORE, M. e KEARSLEY. **Educação a Distância: uma visão integrada.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PORTAL MEC - PARECER CNE/CEB/11/2000 SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e PARECER CNE/CEB N° 23/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf> Acesso em 30 dez. 2015.

_____. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000 – 2015** - Versão Preliminar – jun. 2014. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-4-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192> Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944>>. Acesso em 03 jan. 2016.

PORTAL DO SERVIDOR - **MAIS QUE UM DIPLOMA, UMA FORMAÇÃO PARA A VIDA** Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=4686697>>. Acesso realizado em: 03 jan. 2016.

RASLAN, Valdinéia Garcia da Silva. **Uma Comparação do Custo-Aluno entre o Ensino Superior Presencial e o Ensino Superior a Distância.** Campo Grande, MS, 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso. Disponível em: <[https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/.../curso Id:60](https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/.../curso%20Id:60)>. Acesso em 10 jan. 2016.

SEGENREICH, S. C. D. e BUSTAMANTE, S. B. V. **Políticas e práticas da Educação a Distância (EaD) no Brasil: entrelaçando pesquisas/** 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.